



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE IBICUITINGA – IPREV

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2026, às 10:30 horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ibicuitinga, IPREV, situada na Rua Capitão Manoel Antônio, nº 1692, realizou-se a reunião ordinária do Comitê, conforme definido previamente, ocorrendo sempre no mês seguinte ao fechamento trimestral, com a finalidade de analisar o cenário econômico e financeiro, bem como seus impactos sobre a política e a estratégia de investimentos do Instituto, à luz do Panorama Econômico de janeiro de 2026, elaborado pela LEMA Consultoria de Investimentos, e do acompanhamento do relatório trimestral de investimentos do ano de 2025. Participaram o Sr. Genicleudo Góes Maia, Presidente do IPREV e do Comitê, os demais membros do Comitê, Laridsa Falcão Rabelo e Ivan Bruno Saldanha Monteiro, e a diretora financeira Francisca Orleni Silva. O Sr. Genicleudo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, na sequência, foi apresentado o cenário macroeconômico nacional, destacando-se que a economia brasileira encerrou o ano de 2025 com sinais mistos de atividade. Observou-se recuperação relevante do setor de serviços, que retornou à zona de expansão, enquanto a indústria permaneceu em contração. O mercado de trabalho seguiu apertado, com taxa de desemprego em 5,2%, crescimento do emprego formal e redução da informalidade, fatores que continuam sustentando o consumo, ainda que limitados por juros elevados e crédito restritivo. No âmbito inflacionário, registrou-se que o IPCA encerrou 2025 em 4,26%, dentro do limite de tolerância da meta, embora acima do centro. Diante desse cenário, aliado às expectativas ainda desancoradas e às incertezas fiscais e externas, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa Selic em 15,00% ao ano, reafirmando postura cautelosa e contracionista, com foco na convergência da inflação à meta. O Comitê também analisou o quadro fiscal, que apresentou deterioração na margem, com elevação da Dívida Bruta e da Dívida Líquida do Setor Público, aumentando a sensibilidade dos ativos financeiros, especialmente diante da proximidade do calendário eleitoral de 2026. Apesar disso, foi ressaltado o forte ingresso de Investimento Estrangeiro Direto, evidenciando a atratividade relativa do país e contribuindo para a mitigação de riscos no balanço externo. No cenário internacional, observou-se desaceleração gradual do mercado de



trabalho nos Estados Unidos, com atividade ainda resiliente, mantendo o Federal Reserve em postura prudente quanto à flexibilização monetária. A zona do euro apresentou perda de fôlego, com indústria fraca e serviços ainda em expansão, enquanto a China mostrou crescimento moderado, com sinais mistos entre indústria e serviços. O ambiente externo segue marcado por incertezas geopolíticas e comerciais, exigindo monitoramento contínuo. No que se refere aos investimentos, o Comitê avaliou que o mês de dezembro apresentou desempenho misto dos ativos. A abertura da curva de juros impactou negativamente os ativos de maior duration, enquanto os investimentos mais conservadores, como os atrelados ao CDI e ao IRF-M 1, apresentaram desempenho consistente e superior à meta atuarial. A renda variável nacional apresentou valorização no mês e desempenho expressivo no acumulado de 2025. Em seguida, foi apreciado o relatório analítico dos investimentos do 4º trimestre de 2025, revelando que, em 31 de dezembro de 2025, o IPREV possuía um patrimônio financeiro de R\$ 28.587.114,94, distribuído da seguinte forma: 93,49% em fundos de renda fixa, 4,00% em fundos estruturados e 2,51% em renda variável. Os enquadramentos estavam distribuídos em 63,10% no artigo 7º, inciso I, alínea “b”, 22,42% no artigo 7º, inciso III, alínea “a”, 6,91% no artigo 7º, inciso IV, 4,00% no artigo 10º, inciso I, 2,51% no artigo 8º, inciso I, e 1,05% no artigo 7º, inciso V, alínea “b”. As aplicações estavam distribuídas entre Banco Bradesco, com 61,97%, BB Gestão de Recursos DTVM, com 22,71%, Caixa Distribuidora, com 8,41%, e Ativos Financeiros, Títulos Privados, com 6,91%. Os recursos estavam indexados aos seguintes benchmarks: 41,54% em CDI, 35,73% em IRF-M 1, 13,30% em IPCA, 6,91% em Títulos e 2,51% em Dividendos. Do total, 87,60% apresentavam liquidez de 0 a 30 dias, 6,91% acima de dois anos e 5,48% com liquidez de 31 a 180 dias. Os retornos mensais permaneceram positivos, sendo R\$ 321.468,29 em outubro, R\$ 286.779,45 em novembro e R\$ 320.917,08 em dezembro, totalizando um retorno trimestral de R\$ 929.164,82 e retorno acumulado no ano de 2025 de R\$ 3.043.717,06. Vale ressaltar que, desde o mês de agosto, o IPREV superou a meta atuarial, encerrando o ano com rentabilidade de 12,81% frente à meta acumulada de 9,76%. Diante do exposto, o Comitê deliberou pela manutenção de uma estratégia conservadora, priorizando ativos de menor risco e maior previsibilidade de retorno, especialmente aqueles indexados ao CDI e a aquisição direta de títulos públicos e privados marcados na curva, considerando o elevado patamar das taxas de juros, o cenário fiscal desafiador e a expectativa



de maior volatilidade em 2026. Ficou consignado que o cenário continuará sendo monitorado nas próximas reuniões para eventuais ajustes na alocação estratégica. A Sra. Orleni deu continuidade informando que o repasse mensal do INSS de janeiro foi de R\$ 8.174,70 e foi alocado no fundo BB Renda Fixa Longo Prazo Selic, na conta do COMPREV, mantida no Banco do Brasil, conforme aprovação no início da aplicação dos recursos do COMPREV, considerando que o fundo vem apresentando boa rentabilidade, o que torna favorável a permanência das aplicações dos recursos do COMPREV em um único fundo, somando um total aplicado de R\$ 376.301,72. O Sr. Genicleudo ressaltou ainda que já foi recebido o repasse mensal referente a dezembro, o qual será utilizado em parte para o pagamento da folha de aposentados e pensionistas, sendo o restante recolhido para a taxa de administração do exercício de 2026. Comentou ainda que, no dia 23 de janeiro, será apresentada para análise e aprovação a Política de Investimentos, com atualização conforme a nova Resolução CMN nº 5.272/2025. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Genicleudo Góes Maia, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Genicleudo Góes Maia

Josandra Falcão Rabelo

Van Bruns Salcanta Moreira

Francisca Orleni Silva